

## **Apresentação**

### **Artes Visuais na Educação Básica**

Este segundo número da Revista GEARTE de 2016 tem como temática as Artes Visuais na Educação Básica. Refletir sobre o componente curricular Arte, em especial sobre as artes visuais na educação básica, requer que consideremos os contextos em que as práticas docentes se desenvolvem em interface com as produções teóricas desse campo de conhecimento. Para tanto, se faz necessário, também, (re)conhecer os movimentos de significação que, historicamente, influenciaram e influenciam a produção de práticas docentes em artes visuais nesse nível de ensino. Dito isso, estaremos diante da relação entre artes visuais e educação, assim como diante da diversidade e peculiaridades advindas da abrangência do que se denomina educação básica no sistema de ensino brasileiro.

A presença das artes visuais na educação escolar brasileira se configura de modos distintos, conforme o momento histórico, político e social vivido no país. No século XIX a abordagem tradicional priorizava a cópia fiel de modelos, o desenho decorativo, a iniciação ao design, enfim, o treinamento para o trabalho nas indústrias. Durante a primeira metade do século XX passamos pelo período modernista, com a ênfase na livre-expressão e a valorização da criatividade e da espontaneidade infantil. Nos anos de 1970, sob a denominação Educação Artística, são incluídas atividades artísticas no currículo escolar, mas ainda sem se configurar como disciplina.

Com a promulgação da LDBEN n. 9.394/96, muda-se a denominação de Educação Artística para Arte. A Arte passa a ser considerada, então, como disciplina e como conhecimento obrigatório na educação básica. Referendando tal mudança, a partir de 1997 são publicados pelo Ministério da Educação os Parâmetros Curriculares Nacionais, destinados à educação básica, tratando das especificidades do ensino de Arte nos diversos níveis de escolarização, apontando objetivos, conteúdos, formas de avaliação e orientações didáticas nas linguagens de artes visuais, música, teatro e dança.

Em 1998, há a publicação do Referencial Curricular para Educação Infantil (RCNEI), que em seu terceiro volume – Conhecimento de Mundo – traz uma abordagem das artes visuais e música para esse nível de ensino relacionada às peculiaridades e nível de desenvolvimento das crianças da Educação Infantil. Em artes visuais há um destaque para o desenho como modalidade importante para o fazer artístico da criança e para a construção das demais linguagens visuais.

Tanto nos Parâmetros Curriculares Nacionais quanto no Referencial Curricular para Educação Infantil a Arte deixa de ser somente um fazer, voltado para expressão, para ser também conteúdo passível de apreciação. Assim, a partir desse momento histórico as artes visuais na educação têm envolvido, além da produção artística, a leitura da arte produzida pela humanidade e pelos próprios alunos, bem como a contextualização da proposta em diálogo com trabalhos da arte e da mídia.

Em 2008, a Lei 11.769 inclui o ensino de música como conteúdo obrigatório nas escolas e a Lei n. 13.278, sancionada no dia 2 de maio de 2016, altera o artigo 26 da LDB 9394/96, especificando a obrigatoriedade das artes visuais, da dança, da música e do teatro na educação básica. Neste momento também se discute a criação de uma Base Nacional Comum Curricular, que visa orientar a elaboração dos currículos para a educação básica, desde a educação infantil até o ensino médio.

As determinações legais acerca da Arte na escola, assim como a produção de documentos oficiais para orientação das propostas curriculares em ensino de Arte, por si só, não geram transformações nas práticas docentes e, conseqüente mudança na qualidade do ensino de Arte na escola. A legalização nem sempre implica em legitimação dos conteúdos desse campo de conhecimento na formação das crianças e adolescentes. É preciso que o professor signifique tais documentos e consiga estabelecer relações entre estes no seu cotidiano. Necessário se faz, também, que os veja criticamente e que seja criativo na produção da prática docente. Essa mudança de atitude requer formação e produção de pesquisas na área. Assim, são muitas as possibilidades de reflexões que a temática enseja. Algumas dessas possibilidades estão contempladas neste número da Revista GEARTE.

Bernardo Bustamante Cardona da Universidade de Antioquia em Medellín, Colômbia, propõe em seu artigo *Aproximación a una re-conceptualización de la educación artística en la sociedad del conocimiento en Colombia*, a organização dos fundamentos do ensino da arte em quatro rotas, assim definidas: 1) A rota que prioriza a história da cultura e a história da arte; 2) a rota que articula o ensino da arte a escola e, portanto, a incluem nas pedagogias que cobrem todos os campos do saber; 3) a rota que explica o ensino da arte como campo do saber, dentro e fora da escola; 4) a rota da epistemologia dos saberes, do saber artístico e do ensino da arte. Essas rotas surgem devido à mudança no modelo de produção da sociedade, o que acarreta uma transformação na sociedade do conhecimento. Assim, através da cartografia o autor busca em artigos nacionais e internacionais e em materiais do Ministério da Cultura da Colômbia elementos que afrontem os problemas na formalização do discurso do ensino da arte e dos fundamentos que a suportam.

A professora Rita Maria Ricardi Noguera, da Universidade Complutense de Madri, através do seu artigo intitulado *Primavera: uma estação com arte*, apresenta a materialidade de uma sala de aula de educação infantil e seus propósitos. Ao acolher a primavera como tema do projeto a ser desenvolvido com as crianças promove também o encontro de muitos outros assuntos, proporcionando não somente o estudo da estação do ano, mas trazendo para o universo das crianças produções artísticas de mulheres, tratando da diversidade étnica cultural de gênero. Essa vivência esteve apoiada na concepção da Abordagem Triangular que se utiliza da contextualização, da leitura da imagem e do fazer artístico de maneira não linear, mas sim, em zigue-zague, mostrando dessa forma como são constituídos os momentos na sala de aula que se tornam inter cruzados a todo o instante. A partir dessa leitura podemos verificar outros desdobramentos que o projeto sobre a primavera foi tomando e como podemos abordar temas que não parecem comuns na educação infantil.

Os professores Carmen Lúcia Capra, da Universidade do Estado do Rio Grande do Sul, Daniel Bruno Momoli, da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe e da Faculdade Senac de Caçador, e Luciana Gruppelli Loponte, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, que integram o ArteVersa — Grupo de estudo e pesquisa em arte e docência da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, são autores do artigo

*Para pensar o horizonte da arte e da educação na contemporaneidade*, que se coloca na perspectiva de discutir a relação entre as artes visuais e a educação básica, produzindo encontros para além daqueles que já são conhecidos entre arte e educação, compreendidos como campos expandidos e abertos de pensamento. Ao problematizar a relação entre as artes visuais e educação básica, levam em conta a emergência de novos modos de habitar a escola, como os surgidos a partir de ocupações em escolas públicas por estudantes no Brasil desde o ano de 2015. Para a discussão tomam como interlocutores teóricos filósofos como Michel Foucault, Giorgio Agamben e Jaques Rancière, entre outros, interrogando sobre a arte que se tem levado para a escola e sobre a experiência com as artes visuais que lá se tem desenvolvido. Os autores entendem que a escola de hoje exige modos de agir e de conduzir as artes visuais que atendam ao que se passa no presente da existência comum e partilhada entre os seus habitantes.

No artigo *Arte contemporânea e ensino da arte: contextos de produção de sentido*, a professora e pesquisadora Rejane Reckziegel Ledur da Universidade Luterana do Brasil, discute sobre os desafios da educação na atualidade a partir das questões que envolvem a escola, os professores e a experiência estética com a arte contemporânea. Fundamentada nas reflexões de Sibilía, Bauman e Acaso, reflete sobre os novos modos de ser e estar no mundo que emergem das exigências da contemporaneidade e o papel dos professores de arte na escola diante das condições atuais que nos desafiam a repensar nossas práticas e conceber novos modos de se subjetivar e dialogar diante do perfil dos alunos. Apoiada nas pesquisas acadêmicas realizadas que enfocam a produção de sentidos na interação com a arte contemporânea de professores e alunos da educação básica (LEDUR, 2005, 2013), a autora reforça o pensamento do ensino de arte voltar-se para a percepção das transformações e desconstruções da arte na atualidade como possibilidades de ressignificar o currículo e a prática docente. Considera a interação com a arte contemporânea como uma experiência sensível e inteligível, em que observou a recorrência de sentidos específicos apoiados nos regimes de interação e sentido propostos por Landowski. A compreensão construída em torno da percepção dos sentidos produzidos pelos alunos na interação com a arte contemporânea foi representada por meio do “quadrado semiótico”. Nesse esquema, salientam-se os

regimes de contemplação, interrogação, significação e percepção, como resultantes da apreensão estética da arte contemporânea.

No texto *Fotografia “dentrofora” da escola: representação, apresentação e tradução do mundo juvenil. Retratos parciais*, a professora e mestranda da Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Vanessa de Andrade Lira dos Santos, reflete sobre o conceito de fotografia e analisa três registros fotográficos que são recortes de uma experiência criativa realizada por alunos de uma rede pública de ensino nas aulas de arte. Com o objetivo de desvelar, através do ato fotográfico, maneiras estéticas de dizer e criar da juventude, foi possível vislumbrar a presença e potência desses registros nas várias formas de exposição que a ferramenta e seus usos sugerem. A autora considera como o grande desafio da escola, enquanto espaço de criação, possibilitar leituras e processos inventivos dos jovens em seu espaço, considerando toda diversidade imagética e cotidiana existente “dentrofora” dela.

Por fim, Gabriel de Andrade Junqueira Filho, professor e pesquisador da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, no artigo *Cinema e Educação: repertório, temáticas e articulações*, relata uma experiência pedagógica que aproximou o cinema e a escola, elevando-o a conhecimento escolar relativo às distintas áreas de conhecimento, num diálogo com os fundamentos de princípios distintos de organização curricular como os temas geradores (FREIRE), os temas transversais (BUSQUETS et al.), os projetos de trabalho (HERNÁNDEZ) e as múltiplas linguagens (JUNQUEIRA FILHO). O autor parte da premissa de que o cinema pode educar e ser um grande aliado do professor e dos alunos para conhecerem mais sobre os conteúdos curriculares e sobre os projetos que pretendem realizar ao longo do ano, com diferentes propósitos. No entanto, para isso, é preciso conhecer o que o cinema já produziu sobre diferentes temáticas, dentre elas, as que interessam a professores e alunos a cada momento do ano letivo. As trocas entre alunos e professores, no decorrer do curso oferecido dentro da programação do projeto Vagalume, do Laboratório de Estudos em Audiovisual e Educação, do Programa de Alfabetização Audiovisual, na cinemateca Capitólio, em Porto Alegre (RS), produziram uma ampliação significativa das possibilidades de articulação entre cinema e escola e

reforçaram a necessidade de planejamento e de elaboração de projetos de trabalho para o uso de filmes nos diferentes níveis de escolaridade.

Gilvânia Maurício Dias de Pontes  
(Universidade Federal do Rio Grande do Norte — UFRN, Natal/RN, Brasil)

Rejane Reckziegel Ledur  
(Universidade Luterana do Brasil — ULBRA, Canoas/RS, Brasil)

Tatiana Telch Evalte  
(Universidade Federal do Rio Grande do Sul — UFRGS, Porto Alegre/RS, Brasil)

Organizadoras do presente número